

## **A PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NAS MISSÕES DE MANUTENÇÃO DA PAZ DA ONU E OS POSICIONAMENTOS DO NOVO GOVERNO**

### **BRAZILIAN PARTICIPATION IN UN PEACEKEEPING MISSIONS AND THE POSITION OF THE NEW GOVERNMENT**

**Ligia Maria Caldeira Leite de Campos<sup>1</sup>**

Programa Interinstitucional de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas  
(UNESP, UNICAMP e PUC-SP)  
São Paulo – São Paulo- Brasil

**Resumo:** O Brasil pode ser considerado um país que possui significativa atuação no cenário internacional. Esta vai além das relações bilaterais, engajando-se também nos principais organismos de tomada de decisão, como, por exemplo, na Organização das Nações Unidas (ONU). Nesse sentido, o Brasil esteve presente em distintas Missões de Manutenção da Paz da ONU no decorrer dos anos, destacando-se a sua atuação na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH). No entanto, com o encerramento desta e com a chegada de um novo governo, muitas são as dúvidas que pairam sobre a postura brasileira em relação à ONU e suas operações de paz. Por conseguinte, o objetivo desse artigo é observar a trajetória do Brasil nessas missões para, a partir disso, refletir sobre os posicionamentos do atual governo em relação à continuidade da participação brasileira nesse âmbito. Portanto, esta é uma pesquisa de caráter bibliográfico, a qual utilizará obras de variados autores que versam sobre política externa brasileira e as operações de paz da ONU, além de notícias e análises que ajudam a delinear as atitudes do país no que tange a essas missões e à própria ONU.

**Palavras-chave:** Missões de Paz. Política Externa Brasileira. ONU.

**Abstract:** Brazil can be considered a country that has a significant performance in the international scenario. It goes beyond bilateral relations, also acting in key decision-making bodies, such as the United Nations (UN). In this sense, Brazil has been present in various UN Peacekeeping Missions over the years, highlighting its role in the United Nations Stabilisation Mission in Haiti (MINUSTAH). However, with the end of MINUSTAH and the arrival of a new government in Brazil, there are many doubts about the Brazilian attitude towards UN and its peacekeeping missions. Therefore, the purpose of this article is to observe the trajectory of Brazil in these missions and, from this, to reflect on the positions of the current government regarding the continuity of Brazilian participation in this context. This is a bibliographic research, which uses works by several authors dealing with Brazilian foreign policy and UN peacekeeping missions, as well as news and analysis that help delineate the attitudes of this country regarding these missions and the UN itself.

**Key-words:** Peacekeeping Missions. Brazilian Foreign Policy. UN.

**Recebido:** 30/08/2019

**Aprovado:** 16/11/2019

---

<sup>1</sup> ligia.campos4@hotmail.com

## **Introdução**

Em 1945, foi instituída a Organização das Nações Unidas (ONU). O Brasil se fez presente desde as negociações que a originaram e, apesar de cogitado como membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), coube a ele apenas o cargo de membro não permanente, o qual já ocupou por dez vezes (SARDENBERG, 2013; CORRÊA, 2007b).

Durante o período da Guerra Fria, o país enfatizou a necessidade de cooperação e apontou como temas centrais à ONU Desarmamento, Desenvolvimento e Descolonização. Dessa maneira, a estabilidade regional, o desarmamento completo e geral e as concepções de paz e segurança passaram a fazer parte do ideário brasileiro, além de fundamentarem suas críticas à ordem mundial. Para o Brasil, uma paz duradoura se construiria a partir do combate à miséria, por meio da geração de renda e empregos para a população local (SARDENBERG, 2013; AMORIM, 2007; AMORIM, 2008).

O Brasil se colocou em posição de destaque na Assembleia Geral (AG) da ONU, inclusive ao instituir uma tradição de ser o primeiro orador das reuniões em todos os anos; no Conselho Econômico e Social (ECOSOC); e nas conferências internacionais, sediando reuniões ambientais de grande relevância, como a ECO 92 e a Rio +20. O desenvolvimento, a segurança econômica coletiva, a lacuna entre a Carta da ONU e suas relações na prática, o desarmamento, os direitos humanos, ações humanitárias e o próprio conceito de “desenvolvimento sustentável” receberam uma importante contribuição brasileira (CORRÊA, 2007a, LAMPREIA, 2007; SARDENBERG, 2005).

Assim, o Brasil manteve certa coerência em suas atuações, estando presentes as demandas pela mudança na ordem internacional, mas também pela consolidação da ONU como forma legítima de lidar com temas de segurança, econômicos, sociais e políticos no cenário internacional (CORRÊA, 2007a; LAMPREIA, 2007). O país a considerou como central para a sua política externa, sendo membro ativo e participante da Organização (CORRÊA, 2007b).

Em relação a questões de paz e segurança, o Brasil defendeu abordagens abrangentes, que abarcam as raízes dos conflitos, relacionadas à desigualdade, pobreza e marginalização. Consequentemente, argumentava que a separação entre o desenvolvimento e a manutenção da paz e segurança era superficial, visto que estas seriam dimensões interligadas (SARDENBERG, 2005). Entre 1948 e 2017, o Brasil esteve presente em 46 das 71 missões de manutenção da paz da ONU, ou

*peacekeeping operations* (PKO, em inglês), tendo enviado mais de 57 mil profissionais a elas, entre policiais, militares e civis (ANDRADE, HAMANN & SOARES, 2019).

Por conseguinte, o objetivo desse artigo é observar a trajetória do Brasil nessas missões para, a partir disso, refletir sobre os posicionamentos do atual governo em relação à continuidade da participação brasileira nesse âmbito. Questiona-se se as diversas mudanças que estão ocorrendo na política externa e no cenário brasileiro atuais podem alterar o usual nível de atuação do Brasil nas operações de paz da ONU. Como esse é um trabalho que aborda uma temática bastante atual, não é possível fazer afirmações concretas, apenas estabelecer possibilidades, em conformidade com o contexto apresentado. Para essa pesquisa, a qual possui caráter bibliográfico, são utilizadas obras de variados autores que versam sobre política externa brasileira e as operações de paz da ONU, além de notícias e análises que ajudam a delinear as atitudes do país no que tange a essas missões e à própria ONU. Dessa maneira, o artigo está dividido em três partes, além da conclusão. Em primeiro lugar, é apresentado o nível de participação brasileira nas missões de paz da Organização. Em seguida, abordam-se a Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL) e a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), devido à importância dessas missões nas contribuições brasileiras mais recentes. Posteriormente, apresenta-se o atual posicionamento brasileiro referente à ONU e suas operações de paz. Por fim, diante da trajetória brasileira nas PKO e enfatizando a postura que o governo Bolsonaro tem em relação à Organização e suas missões, discorre-se sobre a possibilidade de alterações no nível da participação brasileira nas PKO, respondendo à questão levantada.

### **1. A participação brasileira nas missões de manutenção da paz da ONU: 1948-2019**

O Brasil integra as PKO desde 1948, iniciando pela Comissão Especial das Nações Unidas para os Bálcãs (UNSCOB). Em 1957, com o interesse do Presidente Juscelino Kubitschek de inserir o país internacionalmente e devido ao posicionamento do Brasil como interessado em resoluções de conflitos, o país teve relevante participação na Força de Emergência das Nações Unidas (UNEF I), no canal do Suez (ANDRADE, HAMANN & SOARES, 2019; AGUILAR, 2015).

Durante os governos militares, o Brasil forneceu militares e policiais às PKO de maneira constante, porém em baixa escala, e se retirou do Comitê Especial sobre Operações de Manutenção de Paz em 1977. Nos anos 1990, houve uma expansão qualitativa e quantitativa dessas Missões. Isso,

somado à redemocratização, fez com que o país expandisse o número de brasileiros enviados e a quantidade de missões em que se fazia presente (ANDRADE, HAMANN & SOARES, 2019; CEZNE & HAMANN, 2016; HAMANN, 2016).

Essa mudança é visível, uma vez que 88% dos profissionais foram enviados para as PKO nos últimos 25 anos. Entre 2000 e 2015, a contribuição brasileira aumentou substancialmente, passando de três para dez as PKO em que atuava (de um total de dezesseis), o que significou um aumento de 333%. Portanto, foi nos anos 2000 que o país consolidou seu novo perfil nas missões. Destaca-se sua atuação na Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM III), Operação das Nações Unidas em Moçambique (UNOMOZ), Força Internacional para o Timor Leste (INTERFET), Administração Transitória das Nações Unidas em Timor Leste (UNTAET), Missão das Nações Unidas de Apoio a Timor Leste (UNMISSET), Força de Proteção das Nações Unidas (UNPROFOR), MINUSTAH e UNIFIL. Outro aspecto relevante é que o Brasil passou a participar mais em operações robustas, sendo que, desde 1990, enviou profissionais a cerca de 75% das PKO desse caráter (ANDRADE, HAMANN & SOARES, 2019; CEZNE & HAMANN, 2016; HAMANN, 2016).

Ainda assim, antes de 2004, a participação brasileira era considerada restrita, composta por pequenos contingentes, sendo observadores e oficiais de Estado-Maior, na maioria. Com o governo Lula (2003-2011), acrescentou-se à política externa o princípio de não indiferença, o qual definia que a ação diplomática seria direcionada para uma visão humanitária e que, quando solicitado, deveria ser prestado auxílio em situações de crise (AGUILAR, 2015; ANDRADE, HAMANN & SOARES, 2019). Esse conceito serviu para legitimar e explicar a participação nas PKO e em outras formas de ajuda humanitária (NASSER, 2012).

A partir de então, a diplomacia aderiu a uma postura proativa e houve uma presença recorrente de *Force Commanders* (Comandantes da Força) brasileiros nas PKO (ANDRADE, HAMANN & SOARES, 2019). Hamann (2016) afirmou que essa transformação na atuação brasileira só se tornou possível devido a algumas mudanças também na área doméstica: no nível financeiro, em que a execução orçamentária era plausível; militar, havendo capacitação e materiais para operacionalizar essa nova abordagem; e político-normativo, em que novas normas, políticos e instituições corresponderam a uma perspectiva favorável a essa participação.

Além dos envios propriamente ditos, o Brasil também contribuiu consideravelmente para os debates sobre o tema e os militares brasileiros foram elogiados por seu comportamento na

MINUSTAH. Nesse sentido, o Secretariado da ONU recebeu bem o aumento de sua atuação nas PKO. Em 2015, brasileiros compunham a liderança em três das dezesseis missões de paz que operavam no momento (a MINUSTAH; a UNIFIL; e a Missão das Nações Unidas para a Estabilização na República Democrática do Congo, a MONUSCO) (CEZNE & HAMANN, 2016).

Esse maior engajamento fez com que, em 2010, fosse criado o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), em substituição ao Centro de Instrução de Operações de Paz (CI OP Paz), com o objetivo de preparação de pessoal para as PKO e tarefas de desminagem humanitária. Hoje, o Centro é reconhecido nacional e internacionalmente e se tornou um elemento de difusão de conhecimento sobre a temática (TEIXEIRA, 2017).

No entanto, o processo decisório para o envio de tropas às PKO ainda tem caráter subinstitucionalizado e *ad hoc*. A ONU, por meio do Departamento de Operações de Paz (DPO), consulta informalmente a Missão Permanente do Brasil em Nova Iorque. Esta avalia o pedido e o direciona ao Ministério das Relações Exteriores (MRE). Este, por sua vez, solicita um parecer ao Ministério da Defesa (MD) e à Presidência da República. Também se contata o Ministério responsável por questões orçamentárias. Posteriormente, o DPO realiza um pedido formal e o MRE e o MD encaminham a Exposição de Motivos Interministerial (EMI) ao Presidente. Em seguida, por meio de Mensagem Presidencial, o convite e a EMI chegam ao Congresso Nacional, sendo este responsável por detalhar o envio e autorizar a missão, com um decreto legislativo. Por último, a Presidência efetiva a decisão com um decreto presidencial (KENKEL, 2011; ANDRADE, HAMANN & SOARES, 2019).

Logo, a atuação desses destacamentos não é prevista no orçamento das Forças Armadas, o que torna necessária uma verba suplementar por parte do Congresso Nacional. O governo brasileiro discute cada caso, decidindo conforme seus interesses e evitando arranjos pré-estabelecidos. Não há uma preparação prévia e contínua, ainda que a ONU recomende modelos mais permanentes. A articulação do Executivo com o Legislativo e ministros de setores econômicos é essencial para o processo decisório e a velocidade dos envios (REZENDE, 2012; AGUILAR, 2015). Consequentemente, a decisão é fortemente dependente das personalidades e da política vigentes. Nas palavras de Kenkel (2011, p. 23), “Portanto, a atitude geral do governo no poder pode deixar uma forte marca – às vezes, político-partidária – no padrão de participação de OPs [operações de paz] do país”.

Sua maneira de agir está nitidamente vinculada às prioridades de sua política externa, pois os países aos quais grandes quantidades de tropas brasileiras foram enviadas correspondem a seus

interesses. Uma vez que a presença do Brasil nas missões de paz é limitada, devido à falta de meios disponíveis, recorre-se a uma “solidariedade seletiva”. Sua participação se mantém relacionada com áreas de notável afinidade (com língua ou passado comum), questões regionais ou interesses nacionais. Por conseguinte, entre os anos de 1990 e 2015, números expressivos foram mandados apenas ao Haiti (78%), países lusófonos (14%) e Líbano (6%) (CEZNE & HAMANN, 2016; NASSER, 2012).

Desse modo, um maior engajamento brasileiro nas PKO pode ser constituído por diversas razões, como ampliar a influência nos órgãos tomadores de decisão da ONU; aderir à dinâmica de segurança coletiva da ONU; reforçar o multilateralismo, ao mesmo tempo em que se incorporam os interesses brasileiros às decisões globais; fortalecer a confiança dos outros países; servir como base da política externa para a solução pacífica de conflitos e desarmamento; desenvolver cooperação; estar presentes nos entornos estratégicos; aumentar o prestígio nacional; promover o reconhecimento aos militares brasileiros, fortalecendo a dissuasão; treinar e fornecer experiências para as Forças Armadas; e, especialmente, corroborar sua possível candidatura para um assento permanente no CSNU (ANDRADE, HAMANN & SOARES, 2019; AGUILAR, 2015).

Ademais, segundo Kenkel (2011), a partir do governo Lula, o país assumiu uma posição mais assertiva em relação a questões de segurança e passou a utilizar as PKO como forma de conquistar seus objetivos. Essa atuação busca fortalecer o sistema multilateral de segurança, principalmente a ONU, pois este o permite assegurar sua autonomia política, aumenta sua inserção e o auxilia a realizar seus interesses, sendo uma maneira de lidar com as assimetrias do sistema internacional (AGUILAR, 2015). Para o Brasil, a diplomacia é mais a base do poder do que as próprias Forças Armadas, sendo estas utilizadas para fortalecê-la, por meio das PKO. Logo, o engajamento nas missões também faz com que se associe a atitude a uma maneira de garantir a classificação como candidato natural a um assento permanente no CSNU em uma possível reforma (NASSER, 2012).

No entanto, ter um assento permanente exigiria ainda mais engajamento, pois ser membro do CSNU é um incentivo para que se faça parte das PKO aprovadas (AGUILAR, 2015). Dessa maneira, um importante questionamento que se levanta é se seria compensatório ou não ser membro permanente e atuar nas PKO, o que se deve aos custos que superam o reembolso oferecido pela ONU. Outra indagação é sobre o nível de envolvimento que o país teria em temáticas delicadas na agenda internacional, as quais não mais poderia evitar. Em vista disso, o Brasil teria que alterar alguns de seus posicionamentos, assim como melhorar a legislação para reduzir os obstáculos ao envio das forças para

as operações (REZENDE, 2012). Ainda outras possíveis críticas sobre o tema são a alocação de recursos fora do país e a ineficácia das missões para encerrar os conflitos (UZIEL, 2010).

Por fim, em um panorama geral, para alguns autores, a participação brasileira nas PKO é modesta, mesmo que abranja distintas missões, visto que prevalecem contribuições menores, de forma paralela aos grandes envios (REZENDE, 2012; ANDRADE, HAMANN & SOARES, 2019). Assim sendo, o Brasil não consta entre os principais contribuintes, nem financeiramente, nem com tropas (AGUILAR, 2015). O nível de engajamento nas missões se relaciona às limitações e possibilidades oferecidas pelos meios disponíveis, havendo certa inelasticidade em sua capacidade de participar (NASSER, 2012; UZIEL, 2010). Além disso, dentro do próprio país, a população pouco conhece sobre a atuação brasileira nas PKO (PEREIRA, 2015).

Ainda assim, não se podem descartar as contribuições brasileiras a esse campo. A seguir, abordar-se-ão separadamente a MINUSTAH e a UNIFIL, as quais podem ser entendidas como ponto central para a trajetória mais recente do Brasil em relação às PKO, pois o levaram a ter destaque na área de paz e segurança internacional (ANDRADE, HAMANN & SOARES, 2019).

## **2. Fim da MINUSTAH: a presença na UNIFIL e em outras missões**

A MINUSTAH se apresentou como uma oportunidade ímpar para o Brasil ampliar seu engajamento nas PKO e legitimar sua liderança regional (REZENDE, 2012). Entre 2004 e 2017, por volta de 37 mil militares brasileiros foram enviados para a MINUSTAH, compondo 26 contingentes em sistema de rodízio. Os *Force Commanders* foram todos originários do Brasil, sendo este um fato inédito nessas operações (HAMANN & TEIXEIRA, 2017).

A Missão foi criada devido à instabilidade causada pela insurgência que resultou na retirada do Presidente Jean-Bertrand Aristide, e seus objetivos eram proteger os direitos humanos, realizar eleições, implantar o Estado de Direito, ajudar na reforma da polícia haitiana, desarmar e pacificar grupos armados, auxiliar a assistência humanitária e promover o desenvolvimento econômico e institucional (MENDONÇA, 2017; ANDRADE, HAMANN & SOARES, 2019).

Em 2010, devido à devastação causada pelo terremoto, o enfoque se voltou para a ajuda humanitária, levando ao envio de quase o dobro do contingente anterior. Pode-se dizer que a diplomacia, a defesa e o desenvolvimento definiram a ação brasileira no país, buscando solucionar as raízes do conflito, sendo que algumas ações realizadas receberam o título de caso-modelo de

construção da paz (AGUILAR, 2015; SOUZA NETO, 2012; NASSER, 2012; VIEIRA NETO, 2017; ANDRADE, HAMANN & SOARES, 2019; MORAES, 2017).

Além disso, sua atuação teve como base a “diplomacia solidária”, enfatizando o papel do Brasil no desenvolvimento de justiça social, não só no Haiti, mas em outros países atingidos por violência (AGUILAR, 2015). Essa também se tornou uma oportunidade para aprimorar a doutrina militar, seus equipamentos, a capacidade expedicionária e ampliar a projeção internacional das Forças Armadas e do próprio Brasil. Com a constante presença de *Force Commanders* brasileiros, aumentou-se a ingerência sobre os processos decisórios relacionados à Missão e, mais ainda, a MINUSTAH possibilitou o envolvimento brasileiro na elaboração das operações de paz em geral (VIEIRA NETO, 2017; SOUZA NETO, 2012). Ela demonstrou uma maneira brasileira, sulista, de construção da paz e, com isso, a participação nas PKO tem se apresentado como uma característica da identidade brasileira (KENKEL, 2011). A partir de então, o Brasil passou a ser referência mundial às PKO e ganhou importância no sistema de paz e segurança internacional, tornando sua presença desejável nas demais ações multilaterais (HAMANN & TEIXEIRA, 2017). No entanto, sua atuação também foi inevitavelmente associada à busca por um assento permanente no CSNU (NASSER, 2012).

Em 15 de outubro de 2017, a Missão foi encerrada, sendo substituída pela Missão das Nações Unidas para o Apoio à Justiça no Haiti (MINUJUSTH), com o objetivo de estabelecer o Estado de Direito no país.

Para Vieira Neto (2017), os efeitos da MINUSTAH continuariam a se multiplicar e sua expectativa era de que o conhecimento adquirido fosse utilizado em outras contribuições brasileiras à ONU, de modo a evitar hiatos e preservar o prestígio, a eficiência e a credibilidade das Forças Armadas. Também nesse sentido, como Comandante do CCOPAB, Teixeira (2017) afirmou que o fim da MINUSTAH não seria motivo de preocupação, havendo ainda um futuro promissor ao Centro. Assim sendo, o CCOPAB participou da elaboração e prática dos novos módulos para a participação de futuras tropas nas PKO, realizando estágios e treinamentos, permitindo que unidades estivessem aptas a integrarem alguma missão de paz futuramente.

Diante dos questionamentos gerados pelo fim da MINUSTAH, uma missão relevante à atuação brasileira é a UNIFIL, visto que sua expressiva participação se mantém. A existência de 10 milhões de brasileiros com origem sírio-libanesa fez com que o Brasil se dispusesse a liderar o componente naval



dessa operação, devido ao critério de “parentesco” (proximidade) de seu engajamento, sendo essa a primeira vez que o país se responsabiliza pela ação de uma PKO nos mares (NASSER, 2012).

A UNIFIL foi criada para garantir a saída israelense do território libanês após a invasão de Israel ao sul do Líbano e devido às hostilidades na região. Outros objetivos eram ajudar o governo libanês a restaurar sua autoridade local e restabelecer a paz e a segurança internacional. O primeiro envio de tropas foi em 1978. Em 2006, novos incidentes ocorreram e a UNIFIL teve que se adaptar. Dessa forma, o mandato da Missão foi ampliado, levando à criação da Força-Tarefa Marítima (FTM). Com o fim dos enfrentamentos, a FTM adquiriu função de auxiliar a marinha libanesa no gerenciamento de suas águas territoriais e fornecer segurança para a costa. Desde 2010, brasileiros foram convidados a assumir o comando da FTM. Sua presença e gestão no Líbano foram renovadas todos os anos. Entre 2011 e 2017, o Brasil já havia enviado mais de 2 mil militares à UNIFIL (ANDRADE, HAMANN & SOARES, 2019).

A participação nessa missão posiciona o Brasil como um ator que busca permanecer ativo internacionalmente. Além disso, as razões para se engajar incluem questões militares internas, como o treinamento dos militares; de política externa brasileira, sendo a UNIFIL uma demonstração da capacidade e disposição de se deslocar até o Oriente Médio; e por essa ser a única FTM da ONU. Como contrapartida, sua atuação na Missão tem um alto custo (PEREIRA, 2015; ANDRADE, HAMANN & SOARES, 2019; SOUZA NETO, 2012).

Em 2016, apesar das crises financeiras e políticas no país, Hamann (2016) acreditava que o nível de engajamento do Brasil nas PKO seria preservado. O Brasil deveria manter sua participação por meio do envio de unidades constituídas (tropas) ou, mais ainda, colocar brasileiros em funções de destaque dentro das missões e também em Nova Iorque.

Em 2017, a ONU o convidou oficialmente para enviar 750 militares à Missão Multidimensional das Nações Unidas para a Estabilização da República Centro Africana (MINUSCA). Em abril de 2018, o país recusou a proposta, mesmo diante de uma mobilização favorável para integrá-la. Dentre possíveis justificativas, pode-se inferir que seja por causa da atual conjuntura financeira e sociopolítica interna, particularmente com a atuação brasileira na fronteira devido ao fluxo de venezuelanos e pelo empenho na intervenção federal das Forças Armadas no Rio de Janeiro. Ainda assim, o Brasil afirmou estar à disposição para futuras contribuições (ANDRADE, HAMANN & SOARES, 2019).

Durante esses anos, portanto, o Brasil conquistou expertise sobre as PKO, tendo seus sucessos na UNIFIL e na MINUSTAH reconhecidos (ANDRADE, HAMANN & SOARES, 2019). Contudo, com o fim desta e o quadro que se apresenta no país, são muitas as dúvidas que pairam sobre o futuro brasileiro nas missões de paz e um possível envio de novas tropas, o que será discutido na seção seguinte (CEZNE & HAMANN, 2016).

### **3. O novo governo e o engajamento em missões de paz**

Atualmente, existem alguns complicadores para o engajamento brasileiro, tais como a redução de recursos vindos do governo, podendo compreender-se as PKO como um gasto desnecessário; a agenda política com enfoque na esfera interna, diante de questões sociais e econômicas, como industrialização, diminuição da pobreza e combate à violência; e a falta de ímpeto por parte de atores internos não governamentais em advogar pela participação brasileira (ANDRADE, HAMANN & SOARES, 2019).

Além desses obstáculos e outros já apresentados anteriormente, o Brasil vem passando por muitas transformações desde o início do governo de Jair Bolsonaro, em 2019, o que inclui grandes alterações em sua política externa a partir da nomeação do Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo.

Em um texto de sua autoria, Ernesto Araújo (2019) afirmou que a política externa brasileira tem que mudar, pois o país tem um papel muito maior a ser cumprido internacionalmente. Dentre seus objetivos está libertar a política externa brasileira, colocando-se de forma contrária ao “globalismo” (THE CONTRADICTIONS..., 2019). Houve mudanças mesmo dentro do próprio MRE, em que diplomatas mais experientes foram substituídos pelos da geração de Araújo. Reduziram-se as subsecretarias e as novas disposições sinalizam uma posição mais favorável ao bilateralismo e não ao multilateralismo ou aos órgãos internacionais (PARAGUASSU, 2019).

Para Stuenkel, esta seria a alteração mais profunda em relação à política externa nos últimos cem anos, tornando-a altamente imprevisível (CAULY, 2019). Já Galvão avalia que esta se encontra numa fase de desmontagem, o que inclui um caráter passivo de inserção internacional. Dentre os princípios que estão sendo alterados, podem ser mencionados o universalismo e o pacifismo. Anteriormente, este último fazia com que o Brasil conferisse relevância a uma atuação em busca da paz e cooperação internacional, considerando a diplomacia como organizadora do sistema internacional, junto a institucionalidades promotoras de estabilidade e a mediação como base para solucionar

conflitos. Atualmente, a passividade passou a ser seu novo modelo, deixando para trás o “ativismo e ativismo” dos anos 2003 a 2011 (GALVÃO, 2019).

No que tange às relações do novo governo com as Nações Unidas, antes de ser eleito, Bolsonaro afirmou que, ao se tornar Presidente, retiraria o Brasil da Organização, pois esta seria um polo de comunistas sem função nenhuma. No entanto, recuou em sua fala (FERNANDES, 2018).

Ao ser eleito, Bolsonaro declarou que seu governo não faria mais parte do Pacto Global para a Migração da ONU (LONDOÑO, 2019). Outra importante divergência com a Organização diz respeito aos posicionamentos do novo governo em relação ao meio ambiente, especialmente no que se refere às mudanças climáticas, e pela ameaça da saída do Brasil do Acordo de Paris (EM DAVOS..., 2019). O país também optou por se retirar da revisão sobre suas políticas públicas na área ambiental e social, em uma sabatina da AG. Apesar de tudo, representantes afirmaram que o Brasil continuará a participar de outras atividades, além de manter seu compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a Agenda 2030 da ONU (CHADE, 2019).

Eduardo Bolsonaro, filho do Presidente, além de presidir as Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional brasileiro, foi cogitado pelo presidente para assumir a Embaixada brasileira nos Estados Unidos e vem agindo de forma “complementar” a Ernesto Araújo, sendo considerado até mesmo um chanceler paralelo. Todavia, Eduardo chegou a afirmar em um vídeo sobre questões relacionadas à Embaixada de Israel e à Palestina que a ONU não tem poder coercitivo e, portanto, ele não se importa com a Organização, faltando seriedade a ela e seus órgãos (FRAZÃO, 2019; SADI, 2019; VÍDEO..., 2019).

O próprio presidente está sendo denunciado na ONU por exonerar, por meio de um decreto presidencial, a equipe do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT). Em outra ocasião, Bolsonaro havia sido denunciado à Organização por tentar alterar a narrativa sobre o golpe de 1964, o qual levou à instauração da ditadura militar no Brasil (LEITÃO, 2019).

Por conseguinte, para Mello e Coelho (2018), seria improvável que o país continuasse a mediar conflitos e liderar negociações multilaterais, ou até mesmo visasse a um assento no CSNU. Isso porque o novo governo é crítico às instituições multilaterais e ao “globalismo”. Todavia, no que tange às missões de paz, a participação poderia ser mantida, devido à presença de militares em pontos centrais do governo.

O Presidente, na posição de ex-Capitão do Exército, configurou o governo de forma a compô-lo em grande parte por militares, especialmente ex-Comandantes de Força da MONUSCO e da MINUSTAH. Para Tavares (2018), a nomeação daqueles que participaram especialmente desta missão é compreendida como uma valorização dos militares gestores e capazes de resolver conflitos. Contudo, o General Santos Cruz, de grande importância para as PKO e de prestígio na ONU por ter comandado ambas as missões, foi alvo de muitas críticas por figuras ligadas ao governo e foi retirado de seu cargo como Ministro-Chefe da Secretaria de Governo da Presidência. De qualquer forma, seu substituto, o General Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, também foi *Force Commander* da MINUSTAH (SCHREIBER & CARNEIRO, 2019; CAULY, 2019).

Nesse ano, o governo chegou a enviar militares especialistas em contextos de selva para auxiliar no treinamento de tropas da MONUSCO, o que pode representar um novo viés qualitativo da atuação brasileira em PKO. Além disso, o atual *Force Commander* dessa missão, General Elias Martins Filho, é brasileiro (GODOY, 2019).

Esse mesmo General afirmou que, ainda após as recusas do governo Michel Temer, a ONU retomou os sinais para que o país envie tropas para uma das PKO em vigor. Segundo ele, por meio de um pedido informal, o chefe do DPO, Jean-Pierre Lacroix, requisitou que ele auxiliasse no reengajamento brasileiro. De acordo com o General, a ONU quer que o Brasil atue em alguma das missões africanas assim que possível, sendo a MINUSCA a mais provável (KAWAGUTI, 2019). No que se refere à atuação na UNIFIL, o Brasil continua no comando da FTM.

Na reportagem realizada por Kawaguti (2019), membros do alto escalão do governo foram contatados e afirmaram haver um posicionamento favorável à contribuição com tropas no exterior, porém, primeiramente, o governo lida com questões complexas no próprio país, como a Reforma da Previdência, antes de possibilitar novos gastos militares.

Ao Jornal Valor Econômico, o General Augusto Heleno Ribeiro Pereira, Chefe de Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, afirmou que as missões podem impulsionar positivamente a projeção brasileira, porém apontou ser necessário balancear as vantagens e desvantagens econômicas por elas trazidas (RITTNER & ARAUJO, 2018).

O próprio Ernesto Araújo (2019) afirmou que é do interesse brasileiro promover a paz e a segurança regional e internacionalmente, mas sendo as principais ameaças os regimes não-democráticos que exportam instabilidade, opressão e crimes, os quais ele trouxe como exemplo Cuba e

Venezuela. O Ministro apontou que há um grande interesse em retomar a participação nas PKO, pois elas são significativas para a capacitação das Forças Armadas, projetam o país no exterior e porque o Brasil possui prestígio nesse setor. Todavia, ele esclareceu que a nova política externa não objetiva conquistar um assento permanente no CSNU, como nos governos anteriores (EXMAN, 2019).

Como principal demonstração da disposição do atual governo em manter o engajamento brasileiro em missões de paz, Jair Bolsonaro proferiu o seguinte discurso na abertura da Assembleia Geral da ONU de 2019, do qual se reproduz um trecho:

[...] A devoção do Brasil à causa da paz se comprova pelo sólido histórico de contribuições para as missões da ONU. Há 70 anos, o Brasil tem dado contribuição efetiva para as operações de manutenção da paz das Nações Unidas. Apoiamos todos os esforços para que essas missões se tornem mais efetivas e tragam benefícios reais e concretos para os países que as recebem. Nas circunstâncias mais variadas – no Haiti, no Líbano, na República Democrática do Congo –, os contingentes brasileiros são reconhecidos pela qualidade de seu trabalho e pelo respeito à população, aos direitos humanos e aos princípios que norteiam as operações de manutenção de paz. Reafirmo nossa disposição de manter contribuição concreta às missões da ONU, inclusive no que diz respeito ao treinamento e à capacitação de tropas, área em que temos reconhecida experiência [...] (VEJA..., 2019).

Por outro lado, o aspecto que reduz as expectativas em relação a um novo envio de tropas são as dificuldades internas enfrentadas pelo atual governo. Desentendimentos políticos, crise econômica, cortes de gastos, a tentativa de se realizar a Reforma da Previdência, debates sobre liberação de armas, polêmicas relacionadas à vida pessoal dos políticos brasileiros, corrupção, violência urbana, violência contra minorias, manifestações em prol da educação, desavenças com os indígenas, problemas ambientais, dentre outros, são adversidades que fazem com que o foco das discussões esteja cada vez mais distante das missões de paz. Logo, algumas opiniões são de que o Brasil deveria centrar seus esforços em resolver seus próprios problemas antes de querer se engajar em ações externas.

De acordo com Stuenkel, a incerteza criada em relação ao posicionamento brasileiro pode causar a sensação de que é complicado contar com o país, o que pode ainda resultar numa redução das iniciativas que incluam o Brasil (CAULY, 2019). Ao ameaçar romper com as institucionalidades de seus compromissos internacionais, essa incerteza se expande e ocorre o distanciamento dos valores e princípios considerados globais. Além disso, o que se nota é a substituição de uma concepção pragmática e realista, objetivando resultados concretos, por uma lógica fundamentada na rigidez de normas conservadoras e no convencionalismo. Não se priorizam as vantagens que se obtêm ao se investir nas relações com distintos países ao redor do globo, até mesmo não são considerados os

benefícios econômicos e não há preocupação com as consequências de se diminuir os espaços de manobra brasileira no escopo internacional (GALVÃO, 2019).

Contudo, Cezne e Hamann (2016) defendem que a dedicação do Brasil às PKO deva manter-se como parte da política externa. Sua participação pode não trazer ganhos imediatos, mas é necessária para representar a sua vontade e capacidade de atuar internacionalmente. Ademais, seria de grande valia ,não só para os interesses estratégicos do país, mas para a governança global como um todo e para as missões de paz futuras. Mesmo que as atuais incertezas e obstáculos internos não permitam maior presença, essas questões não devem impedir que o Brasil continue contribuindo para as PKO. Para Pereira (2015), se o país não buscar um nível superior, os atuais esforços nas PKO podem acabar se perdendo.

Por fim, sabe-se que a manutenção da paz tem seus custos, cabendo aos atuais diplomatas, políticos, militares, sociedade civil e acadêmicos a tarefa de discutir até que ponto o Brasil estaria disposto a pagá-los (SOUZA NETO, 2012).

### **Considerações finais**

O Brasil esteve presente e atuante desde a criação da ONU, prezando por princípios pacíficos, multilaterais e relativos ao desenvolvimento. Exceto em alguns momentos de sua trajetória, ele buscou se integrar ao plano internacional e às grandes discussões.

Logo, o país se engajou nas operações de manutenção da paz, as quais poderiam auxiliá-lo a se inserir, ganhar influência e inclusive contribuiriam para possivelmente pleitear um assento permanente no CSNU. Dentre outros benefícios, essa participação nas PKO serviria como forma de aprimorar suas Forças Armadas e também estabelecer maior contato com outras nações. Por conseguinte, mesmo com suas limitações, os custos exigidos e que alguns autores enfatizem um baixo engajamento no geral, ao longo do tempo, o Brasil manteve e até ampliou sua contribuição às missões de paz da ONU.

Casos que merecem destaque são as atuações brasileiras na MINUSTAH e na UNIFIL, operações mais recentes em que os componentes vindos do país foram expressivos e o comando das missões permaneceu consecutivamente nas mãos de militares brasileiros.

Com a experiência e prestígio adquiridos ao longo do tempo, o que é inclusive reconhecido pela própria ONU, imaginou-se que o país permaneceria nessa linha de atuação, preservando seu nível de

participação ou até mesmo elevando-o, especialmente diante do convite para integrar a MINUSCA. Contudo, este foi recusado.

Atualmente, o cenário que se apresenta no Brasil não é considerado um dos mais favoráveis à contribuição nas PKO, devido à crise econômica e política significativa que o país enfrenta. A isso se soma o fato de estar com uma grande dívida para com a própria ONU, bem como os diversos atritos que o atual Presidente e seu governo tiveram com a Organização desde a campanha eleitoral. Não menos importante, em 2019, houve um rompimento na diretriz da política externa brasileira, a qual deixou de prezar por preceitos tradicionais, como multilateralismo, cooperação internacional, e se voltou para uma perspectiva nacionalista e bilateral, deixando de valorizar a atuação em organismos internacionais.

Por outro lado, o Ministro das Relações Exteriores e o próprio Presidente se posicionaram favoravelmente à participação brasileira nas PKO, mesmo que por razões distintas daquelas anteriores. Ademais, o atual governo é composto em grande parte por militares que tiveram importantes papéis na MINUSTAH, os quais podem exercer uma influência positiva para a atuação nesse campo. É importante lembrar que o Brasil ainda envia alguns militares individualmente para as missões e brasileiros continuam no comando da FTM da UNIFIL e da MONUSCO. Com isso, as missões de paz parecem ser um ponto comum e de diálogo entre o governo e a ONU, mesmo diante dos atuais desentendimentos. Nesse sentido, a Organização vem acenando positivamente para a retomada da contribuição brasileira às PKO e, a exemplo disso, requisitou o envio de militares especialistas em selva para a MONUSCO.

Assim sendo, ao realizar um balanço de toda essa situação, questiona-se até que ponto o Brasil estaria disposto a preservar seu engajamento nas missões de manutenção da paz da ONU. Um possível caminho é que o Brasil, diante da alteração de sua política externa e, conseqüentemente, de seus interesses no escopo internacional, tenha outras prioridades. A isso se somam os desafios enfrentados internamente, que já vinham dificultando a maior contribuição. No entanto, esse quadro não inviabiliza totalmente a participação brasileira nas missões de paz, uma vez que certos envios estão sendo mantidos e o governo chegou a se mostrar favorável à atuação nas PKO. Logo, as operações poderiam deixar de ter a mesma notoriedade que possuíam anteriormente, mas poderiam continuar recebendo alguns componentes brasileiros, ainda que, possivelmente, isso ocorresse em uma escala reduzida.

Respondendo à questão levantada, as diversas mudanças que estão ocorrendo na política externa e no cenário brasileiro atuais podem alterar a usual participação do Brasil nas PKO.

## Referências

AGUILAR, Sérgio Luiz C. (2015) A Participação do Brasil nas Operações de Paz: passado, presente e futuro. **Brasiliana - Journal for Brazilian Studies**, 3 (2): 113-141.

AMORIM, Celso. (2007) Apresentação da Segunda Edição: O Brasil nas Nações Unidas. In CORRÊA, Luiz Felipe S. (org.). **O Brasil nas Nações Unidas 1946-2006**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 13-14.

\_\_\_\_\_. (2008) Prefácio. In FUNDAÇÃO ALEXANDRE GUSMÃO. **O Brasil e a ONU**, Brasília: Funag, 9-14.

ANDRADE, Israel O.; HAMANN, Eduarda. P.; SOARES, Matheus A. (2019) **A Participação do Brasil nas Operações de Paz das Nações Unidas: evolução, desafios e oportunidades**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

ARAUJO, Ernesto. (2019) **Bolsonaro Was Not Elected to Take Brazil as He Found it: Latin America's biggest democracy has a bigger global role to play**, publicado em Bloomberg [www.bloomberg.com/opinion/articles/2019-01-07/brazil-s-bolsonaro-brings-foreign-policy-revolution-says-araujo]. Disponibilidade: 07/01/2019.

CAULYT, Fernando. (2019) "**Com Bolsonaro, política externa se tornou uma caixa de surpresas**", publicado em **Deutsche Welle** [https://www.dw.com/pt-br/com-bolsonaro-pol%C3%ADtica-externa-se-tornou-uma-caixa-de-surpresas/a-49407488]. Disponibilidade: 01/07/2019.

CEZNE, Eric M.; HAMANN, Eduarda. (2016) Brazilian Peacekeeping: Challenges and Potentials in Turbulent Landscapes at Home and Internationally. In **Brazil and Norway: Foreign policy, global governance and the way forward for international cooperation**. September 23, 2016. Palácio do Itamaraty. Rio de Janeiro (Brasil).

CHADE, Jamil. (2019) **Governo se retira de sabatina na ONU sobre sua política social**, publicado em UOL [https://jamilchade.blogosfera.uol.com.br/2019/05/16/governo-se-retira-de-sabatina-na-onu-sobre-sua-politica-social/]. Disponibilidade: 16/05/2019.

CORRÊA, Luiz Felipe S. (2007a) Introdução da Primeira Edição. In CORRÊA, Luiz Felipe S. (Org.). **O Brasil nas Nações Unidas 1946-2006**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 21-27.

\_\_\_\_\_. (2007b) Introdução da Segunda Edição. In CORRÊA, Luiz Felipe S. (Org.). **O Brasil nas Nações Unidas 1946-2006**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 15-18.

EXMAN, Fernando. (2019) **Araújo quer o país em novas missões de paz**, publicado em Valor Econômico [www.valor.com.br/brasil/6178493/araujo-quer-o-pais-em-novas-missoes-de-paz]. Disponibilidade: 25/03/2019.



FERNANDES, Talita. (2018) **Bolsonaro diz que cometeu ato falho e que jamais pensou em sair da ONU**: presidenciaível diz que declaração se referiu ao conselho de direitos humanos da entidade, publicado em Folha de S. Paulo [[www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/bolsonaro-diz-que-cometeu-ato-falho-e-que-jamais-pensou-em-sair-da-onu.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/bolsonaro-diz-que-cometeu-ato-falho-e-que-jamais-pensou-em-sair-da-onu.shtml)]. Disponibilidade: 20/08/2018.

FRAZÃO, Felipe. (2019) **Eduardo Bolsonaro atua como chanceler paralelo**: Filho do presidente, deputado faz visitas precursoras a países alinhados e divide guinada na área externa com o ministro Ernesto Araújo, publicado em O Estado de S. Paulo [<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,eduardo-bolsonaro-atua-como-chanceler-paralelo,70002807287>]. Disponibilidade: 18/04/2019.

GALVÃO, Thiago. (2019) **A nova política externa brasileira: do declínio à desmontagem**, publicado em Mundorama – Revista de Divulgação Científica em Relações Internacionais [<https://www.mundorama.net/?p=25917>]. Disponibilidade: 20/08/2019.

GLOBO (2019). **Jair Bolsonaro diz que, por ora, o Brasil não vai deixar o Acordo de Paris sobre o clima**, publicado em G1 [<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/22/em-davos-jair-bolsonaro-diz-que-por-ora-o-brasil-nao-vai-deixar-o-acordo-de-paris-sobre-o-clima.ghtml>]. Disponibilidade: 22/01/2019.

GLOBO (2019). **A íntegra do discurso de Bolsonaro na abertura da Assembleia Geral da ONU (2019)**, publicado em G1 [<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/09/24/veja-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-na-abertura-da-assembleia-geral-da-onu.ghtml>]. Disponibilidade: 24/09/2019.

GODOY, Roberto. (2019) **Brasileiros assumem missão de risco no Congo**: Treze guerreiros da selva treinarão a tropa da missão internacional da ONU em um país com vários grupos rebeldes e um surto de ebola, publicado em O Estado de S. Paulo [<https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,brasileiros-assumem-missao-de-risco-no-congo,70002843561>]. Disponibilidade: 16/05/2019.

HAMANN, Eduarda. P. (2016) O Brasil e as operações de manutenção da paz: a consolidação de um novo perfil?. **Cadernos Adenauer**, XVII (4): 95-110.

HAMANN, Eduarda. P.; TEIXEIRA, Carlos Augusto R. (2017) Apresentação. *In* HAMANN, Eduarda. P. & TEIXEIRA Carlos Augusto R. (org). **A Participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões**. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé e CCOPAB, 1-2.

KAWAGUTI, Luis. (2019) **ONU quer Brasil de volta a missões de paz na África, diz general**, publicado em UOL [<https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2019/02/18/tropas-na-africa-onu-quer-brasil-de-volta-a-missoes-de-paz-diz-general.htm>]. Disponibilidade: 18/02/2019.

KENKEL, Kai Michael. (2011) Interesses e Identidade na Participação do Brasil em Operações de Paz. **Revista Tempo do Mundo**, 3 (2): 9-35.

LAMPREIA, Luiz Felipe. (2007) Apresentação da Primeira Edição: Um compêndio valioso. *In* CORRÊA, Luiz Felipe S. (org.). **O Brasil nas Nações Unidas 1946-2006**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 19-20.

LEITÃO, Matheus. (2019) **Entidades denunciam governo Bolsonaro à ONU por ‘tentativa de modificar’ narrativa do golpe de 64**, publicado em G1 [<https://g1.globo.com/politica/blog/matheus-leitao/post/2019/03/29/entidades-denunciam-governo-bolsonaro-na-onu-por-tentativa-de-modificar-narrativa-do-golpe-de-64.ghtml>]. Disponibilidade: 29/03/2019.

LONDOÑO, Ernesto. (2019), **Bolsonaro Pulls Brazil From U.N. Migration Accord**, publicado em **The New York Times** [[www.nytimes.com/2019/01/09/world/americas/bolsonaro-brazil-migration-accord.html](http://www.nytimes.com/2019/01/09/world/americas/bolsonaro-brazil-migration-accord.html)]. Disponibilidade: 09/01/2019.

MELLO, Patrícia C.; COELHO, Luciana. (2018) **Jair Bolsonaro promete virada na política externa: eleito vê o mundo por ângulo diferente dos antecessores, afastando-se do multilateralismo**, publicado em Folha de S. Paulo [[www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/12/jair-bolsonaro-promete-virada-na-politica-externa.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/12/jair-bolsonaro-promete-virada-na-politica-externa.shtml)]. Disponibilidade: 31/12/2018.

MENDONÇA, Marcos V. (2017) Brasil no Haiti, um caso de sucesso: uma análise da missão brasileira no Haiti. In HAMANN, Eduarda P. & TEIXEIRA, Carlos Augusto R. (org). **A Participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões**. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé e CCOPAB, 58-65.

MORAES, Maria Luisa E. (2017) O Brasil e a MINUSTAH – Os Três “Ds” da Cooperação Brasileira para o Haiti: diplomacia, desenvolvimento e defesa. **Doutrina Militar Terrestre em Revista**, 5(12): 8-19.

NASSER, Filipe. (2012) Pax Brasiliensis: projeção de poder e solidariedade na estratégia diplomática de participação brasileira em operações de paz da organização das nações unidas. In KENKEL, Kai Michael & MORAES, Rodrigo F. (org.). **O Brasil e as Operações de Paz em um Mundo Globalizado: entre a tradição e a inovação**. Brasília: Ipea, 213-241.

PARAGUASSU, Lisandra. (2019) **Especial – Política externa de governo Bolsonaro segue um mistério, mas sinais são preocupantes**, publicado em Reuters [<https://br.reuters.com/article/topNews/idBRKCN1P52K7-OBRTF>]. Disponibilidade: 11/01/2019.

PEREIRA, Karla Nayara F. (2015) **A participação do Brasil na Força Interina das Nações Unidas no Líbano**. Artigo para Especialização em Relações Internacionais, apresentado ao Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (Orientador: Prof. Dr. Virgílio Caixeta Arraes).

REVISTA FORUM (2019). Eduardo Bolsonaro defende Israel e diz que ONU não é órgão sério: “Tô nem aí pra ONU” (2019), publicado em Revista Fórum [[www.revistaforum.com.br/video-eduardo-bolsonaro-defende-israel-e-diz-que-onu-nao-e-orgao-serio-to-nem-ai-pra-onu/](http://www.revistaforum.com.br/video-eduardo-bolsonaro-defende-israel-e-diz-que-onu-nao-e-orgao-serio-to-nem-ai-pra-onu/)]. Disponibilidade: 08/01/2019.

REZENDE, Lucas P. (2012) **O engajamento do Brasil nas operações de paz da ONU: análise dos efetivos enviados e recomendações para o fortalecimento da inserção internacional brasileira**. Curitiba: Editora Appris.

RITTNER, Daniel; ARAUJO, Carla. (2018) **Novo governo cogita volta de tropas às missões de paz das Nações Unidas**, publicado em Valor Econômico [[www.valor.com.br/brasil/6023765/novo-governo-cogita-volta-de-tropas-missoes-de-paz-das-nacoes-unidas](http://www.valor.com.br/brasil/6023765/novo-governo-cogita-volta-de-tropas-missoes-de-paz-das-nacoes-unidas)]. Disponibilidade: 13/12/2018.

SADI, Andréia. (2019) **Eduardo Bolsonaro diz que indicação à embaixada nos EUA está mantida**, publicado em G1 [<https://g1.globo.com/politica/blog/andreia-sadi/post/2019/08/20/eduardo-bolsonaro-diz-que-indicacao-a-embaixada-nos-eua-esta-mantida.ghtml>]. Disponibilidade: 20/08/2019.

SARDENBERG, Ronaldo M. (2005) Brasil, política multilateral e Nações Unidas. **Estudos avançados**, 19 (53): 347-367.

\_\_\_\_\_. (2013) **O Brasil e as Nações Unidas**. Brasília: Funag.

SCHREIBER, Mariana; CARNEIRO, Júlia D. (2019) **Santos Cruz é demitido do ministério de Bolsonaro**; conheça a trajetória do militar, publicado em BBC News Brasil [[www.bbc.com/portuguese/brasil-48631592](http://www.bbc.com/portuguese/brasil-48631592)]. Disponibilidade: 13/06/2019.

SOUZA NETO, Danilo M. (2012) O Brasil, o Haiti e a MINUSTAH *In* KENKEL, Kai Michael & MORAES, Rodrigo F. (org.). **O Brasil e as Operações de Paz em um Mundo Globalizado**: entre a tradição e a inovação. Brasília: Ipea, 243-267.

TAVARES, Joelmir. (2018) **Militares que atuaram no Haiti ganham destaque no governo Bolsonaro**: quatro ex-comandantes das tropas foram chamados pelo presidente eleito; um quinto oficial irá para o STF, publicado em Folha de S. Paulo [[www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/militares-que-atuaram-no-haiti-ganham-destaque-no-governo-bolsonaro.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/militares-que-atuaram-no-haiti-ganham-destaque-no-governo-bolsonaro.shtml)]. Disponibilidade: 30/12/2018.

TEIXEIRA, Carlos Augusto R. (2017) Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil: história e perspectivas pós-MINUSTAH. *In* HAMANN, Eduarda P. & TEIXEIRA, Carlos Augusto R. (org). **A Participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017)**: percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé e CCOPAB, 25-35.

THE ECONOMIST (2019). **The contradictions of Brazil's foreign policy: The new foreign minister is putting the country's soft power at risk**, publicado em The Economist [[www.economist.com/the-americas/2019/01/12/the-contradictions-of-brazils-foreign-policy](http://www.economist.com/the-americas/2019/01/12/the-contradictions-of-brazils-foreign-policy)]. Disponibilidade: 12/01/2019.

UZIEL, Eduardo. (2010) Brasil, Conselho de Segurança e operações de manutenção da paz da ONU. **Revista Política Externa**, 19 (1): 63-77.

VIEIRA NETO, Floriano P. (2017) Epopeia militar brasileira no Haiti. *In* HAMANN, Eduarda P. & TEIXEIRA, Carlos Augusto R. (org). **A Participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017)**: percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé e CCOPAB, 16-23.